



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

**ZONA ECONÔMICA ESPECIAL NO TIMOR-LESTE:
UMA ANÁLISE DE POLÍTICA DO ESTADO**

Ivens Manuel Francisco Gusmão de Sousa

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Flávia Barros Platiau

Brasília

2014

RESUMO

Desde a sua aprovação pela comunidade internacional como uma nação soberana, o Estado timorense tem criado várias políticas externas com objetivo de desenvolvimento nacional. Neste sentido, o presente trabalho discute a política do Estado timorense em abrir uma Zona Econômica Especial (ZEE) conhecida como Zona Especial de Mercado Social em *Oecusse*, o 13º distrito localizada 13.104km da capital e cercado pelo território indonésio. Será realizada uma discussão em torno de conceito de cooperação internacional e blocos e comunidades internacionais como parte de política externa do país. Embora Timor-Leste já tenha participado como membro da CPLP (Comunidade de Países da Língua Portuguesa) desde a sua independência, o país ainda pretende expandir a sua relação diplomática e comercial com outros blocos como ASEAN (Association of South East Asian Nations) buscando a sua aprovação como o membro mais novo da região. O trabalho discute também as vantagens que a ZEE pode criar para países receptores e os desafios encontrados na sua construção. Acredita-se que a política de abertura desta zona especial vai além de fortalecer a economia e abrir fronteira com países vizinhos, mas também é uma estratégia para fortalecer a integração nacional, na Economia e na Política do país.

Palavras-Chaves: Timor-Leste, Zona Econômica Especial (ZEE), Construção de Estado; Integração Nacional e Regional.

ABSTRACT

Since its approval by the international community as a sovereign nation, the Timorese State has created several foreign policies having the national development as its main objective. This paper discusses the State's policy in opening an Economic Special Zone known as a Special Zone of Social Market in Oecusse, the 13th district of the country located 13.104km away from the capital and surrounded by the Indonesian territory. It will be presented a discussion around the concept of International Cooperation and International Communities as part of foreign policy of the country. Although the country has already participated as a member of the CPLP (Community of Portuguese Speaking Countries) since its independence, it still intends to expand its diplomatic and commercial relations with other community such as ASEAN (Association of South East Asian Nations) seeking its approval as the newest member of the region. The paper also discusses the benefits that SEZs can create for the host countries and the challenges faced in their construction. It is believed that the policy of creating this special area goes beyond the policy of strengthening the economy and opening borders with the neighboring countries, but also as a strategy to strengthen national economy and integration in the country.

Key Words: Timor-Leste: Special Economic Zone: State Building: National and Regional integration.

I. Introdução

Depois de uma longa experiência como colônia, Timor-Leste é um dos mais jovens países no cenário internacional e enfrenta desafios imensos para fomentar o seu desenvolvimento nacional. Neste sentido, o presente artigo traz a questão da implementação desta Zona Econômica Especial no país, inspirada na Indonésia, Filipinas e Brasil, como uma iniciativa política de grande porte que contribuiria para a inserção econômica do Timor-Leste na região e no mundo. Para entender a política de abertura desta Zona Especial de Economia, é importante entender o papel de ator principal, o Estado, em estabelecer a zona econômica especial. As instituições e as políticas de Estado são elementos fundamentais na contextualização desta política.

Analisar os elementos que serão os principais desafios e ganhos plausíveis com tal política, bem como as condições de possibilidade de uma zona econômica especial, efetivamente valiosa para a economia e o desenvolvimento timorense, para que se possa responder às seguintes perguntas: em que medida a criação de uma zona econômica especial timorense pode ser considerada como uma política adequada para o país neste momento? No contexto regional e internacional, a abertura desta Zona favorece a posição do Timor-Leste na sua aproximação não apenas como membro da ASEAN, e como um Estado emergente na região de sudeste asiático? Portanto, para este artigo, começamos com uma discussão de construção de Estado-Nação e do contexto social e econômico de Timor-Leste, entendendo os projetos e desafios que o país enfrenta até o momento presente.

A segunda parte do artigo discute brevemente as atuações do Estado em suas políticas externas, de cooperação internacional. Isso inclui analisar os aspectos de cooperação entre Timor-Leste e países de CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) como Brasil e Portugal na área de economia e política, e entre Timor-Leste e ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) como um bloco emergente e com outros países como China e Austrália através de organizações como AUSAID (Australian Agency for International Development). Analisar suas cooperações com o Timor-Leste pode nos fornecer informações importantes para entender a visão e a política de Estado. A terceira parte do artigo será focada num estudo comparativo de várias zonas especiais e entender a política de estabelecimento de Zona Franca na região da Ásia como o Batam Free Trade Area da Indonésia, Subic Bay Free Trade Zone das Filipinas e da Zona Franca de Manaus do Brasil. Na quarta parte, faremos uma análise

desta política, entendendo as vantagens e motivos para o país. Através disso, procuramos entender a proposta de abertura de Zona Econômica Especial no Timor-Leste.

II. Contexto

Há doze (12) anos que o Timor-Leste, um país jovem cercado por dois gigantes, Austrália e Indonésia, localizado geograficamente na parte oriental da *Ilha de Timor*¹, a Norte da Austrália, no Sudoeste Asiático se declarou país independente. Após quase 500 anos submetido à colonização portuguesa (1515-1975), a invasão da República da Indonésia em 1975 apresentou momentos difíceis na história do povo deste país jovem. Podemos considerar a conquista pela independência da República da Indonésia em 1999 como uma experiência coletiva e histórica do povo timorense na conquista de suas liberdades: política, social e de desenvolvimento.

Tendo várias épocas de dominação por outros países, o país jovem passou por diversas sessões de violência na sua história. O levante militar do dia 25 de Abril de 1974 em Portugal deu a oportunidade para o Timor-Português² em definir o seu futuro. A Indonésia tomou o poder no país através da sua invasão no dia 7 de dezembro de 1975. Além das atrocidades contra os direitos humanos, foi realizada uma intensiva repressão da utilização da língua portuguesa pelo Estado Indonésio.³ A partir da sua entrada, o território foi nomeado como a 27ª província da República Indonésia chamado *Timor-Timur*⁴ e colocou o território sob a administração de um governador e *Bahasa Indonésia* se tornou com a única língua franca e oficial utilizado no território.⁵ Durante

¹ Antes da chegada dos europeus, o território era conhecido como Ilha de Timor. Durante a colonização portuguesa, a ilha foi dividida em dois territórios diferentes. Assim, a parte leste pertencia ao Portugal enquanto a parte oeste da ilha pertencia à Holanda, que depois passou para Indonésia e se tornou como uma das províncias da República Indonésia.

² *Timor Português*: o nome dado ao território durante a colonização portuguesa (1515-1975).

³ A repressão da língua portuguesa foi uma política do Estado Indonésia na sua nova colônia durante sua dominação no território timorense. Para Indonésia, que apenas conseguiu conquistar a sua independência em 1945 da Holanda, a rejeição de cultura europeia e escolha de cultura e língua do próprio país e região era considerada como a base de formação de Nação Indonésia. Ver Sousa (2011,2012).

⁴ *Timor-Timur* : Timor-Leste em idioma *Bahasa Indonésia*.

⁵ A partir de sua entrada, foram enviados pelo governo indonésio, professores, funcionários públicos e autoridades oficiais de toda parte da Indonésia para *Timor-Timur* com objetivo de estabelecer a administração regional na nova província da Indonésia, e popularizar o idioma *Bahasa Indonésia* como a língua oficial a ser utilizada nas escolas, escritórios e em todas as instituições públicas. A política de língua também teve seu apoio através de presença dos meios de comunicação como televisão pública da Indonésia; *TPI (Televisi Pendidikan Indonesia ou Televisão Educativa Indonésia)* e *TVRI (Televisi*

a ocupação Indonésia, a população sofreu não apenas com a grande desigualdade social, mas com os problemas decorrentes de falta de investimento em infraestrutura e qualidade de vida.

Após 25 anos (1975-1999) de luta pela independência da República Indonésia, no dia 20 de Maio de 2002 o território foi reconhecido oficialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um país independente. A data representa o dia da Restauração de Independência do país.⁶ Como um dos países mais jovens do século XX, o país ainda está em fase de construção em todas as áreas, principalmente as de educação, economia e política. No âmbito da educação, durante a sua primeira administração, a Assembleia Constituinte instituiu a Constituição da TIMOR-LESTE com suas Leis e programas, no qual o Estado reconhece e garante ao cidadão o direito à educação e à cultura, competindo-lhe criar um sistema público de ensino básico universal obrigatório e, na medida de suas possibilidades, gratuito, nos termos da lei (TIMOR-LESTE, 2003). Em busca de aprimorar a qualidade de educação, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, o governo busca estabelecer cooperação com os países doadores como Brasil, Portugal, Austrália, Nova Zelândia, entre outros, para atingir o objetivo de formar profissionais em todas as áreas.

Parte de sua construção Estado-Nação e sua política, o Estado adotou a língua Portuguesa como uma de suas línguas oficiais, tendo Tétum⁷ como outra língua oficial. A política de língua portuguesa foi marcada pela participação do país na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). A participação nessa comunidade foi tomada pelo estado como uma busca de fortalecimento político e econômico e como uma

Republik Indonesia (*Televisão República da Indonésia*). Em anos seguintes, outras emissoras privadas da indonésia como RCTI (Rajawali Citra Televisi Indonesia) e SCTV (Surya Citra Televisi) entre outras. Portanto é importante lembrar que a geração timorense nascida e criada durante ocupação indonésia foi alfabetizada não em língua portuguesa, mas em *Bahasa Indonésia*. Enquanto *Tétum* (a outra língua nacional do país), como outras línguas maternas em outras partes do território são ensinados em casa como prática cotidiana dos timorenses.

⁶ Restauração da Independência é o termo dado pelo primeiro governo que foi constituído na maioria pelos membros de FRETILIN, o partido vencedor da primeira eleição política do país. Segundo a FRETILIN, o território já conseguiu a sua independência quando declarou a no dia 28 de Novembro de 1975, antes da Invasão da Indonésia no território. Portanto, dia 20 de Maio de 2002 foi considerado apenas a proclamação de restauração da Independência perdida devido a invasão da Indonésia. Ver Sousa (2011,2012).

⁷ Tétum é uma das línguas oficiais do país, de origem língua Austronésia com muitas palavras derivadas de idioma português devido à colonização portuguesa no território, e do malaio devido à relação do povo da ilha do Timor com os seus vizinhos como Indonésia.

estratégia de promoção e afirmação da identidade do país em torno da lusofonia.⁸ O motivo principal desta política está baseado no fator histórico do país. Com a proibição de uso da língua portuguesa pelo Estado Indonésio durante a sua ocupação, criou-se uma necessidade para os timorenses em se apresentarem como povo com outra identidade. O discurso e representação de colonização portuguesa foi transformado como forma de representação de identidade do povo timorense. A identidade neste contexto se torna como elemento fundamental na luta pela independência. Sabendo que no contexto geopolítico internacional, o povo timorense jamais conseguiria exaltar sua voz no mundo, lutando pela sua independência contra um país gigante como Indonésia. Portanto, o conceito de identidade se torna uma estratégia política em conseguir o seu objetivo principal.⁹ A língua portuguesa, neste contexto não se tornou apenas uma língua de identidade, mas também considerada como língua de resistência, que foi utilizada como um dos meios de comunicação entre os guerrilheiros timorenses que fizeram parte de resistência contra Estado Indonésio¹⁰. No outro lado, por meio de diplomacia, os países lusófonos da África contribuíram também pela independência através de sua ajuda em fornecer os seus espaços de interlocução na Assembleia Geral da ONU em Nova York. Através disso, foi ouvida a voz de timorenses exigindo a atuação da ONU em resolver o conflito entre Indonésia e Timor-Leste.

Após mais de 10 anos de independência, o país ainda permanece como um dos mais pobres na região. Apesar de ter expandido a sua economia através de investimento

8 No dia 10 de Agosto de 2002, o país exerceu a sua política de identidade e inserção no cenário internacional, através do sucesso em ser um novo membro da CPLP. A construção da identidade nacional do país na lusofonia se dá através da cooperação com várias agências lusófonas como Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), entre outras. Na área de educação a cooperação técnica acontece através de contratação de professores brasileiros para contribuir nas instituições de ensino desde ensino básico até ensino superior. Esta política de identidade também foi estabelecida através da política de comunicação do Estado na qual foi criada uma cooperação entre as empresas principais de mídia dos países de língua portuguesa como TV Globo do Brasil e RTPi (Rádio e Televisão de Portugal Internacional) com a emissora nacional do país RTTL ou Rádio Televisão de Timor-Leste. Ver Sousa (2012).

9 Enquanto antropólogos como Carlos Brandão (1986) e Denys Cuche (1999) definem a identidade como um meio ou estratégia de atingir um objetivo específico, teóricos pós-colonialismo como Homi Bhabha (1994) ressaltam que hibridismo é o resultado de fraqueza dos colonizadores em dominar totalmente as colônias. Portanto, a identidade a partir de hibridismo cultural neste contexto se apresenta como uma estratégia e símbolo de resistência das colônias.

10 É importante entender que haviam duas formas de resistência contra Indonésia; 1) através de guerrilheiros /milícias timorenses que lutavam contra os militares indonésios no território, 2) através de Diplomacia. Além de timorenses no mato como guerrilheiros, existem outros líderes de resistência no exterior que promoviam sempre a independência do Timor. As manifestações feitas em Portugal, Austrália, Indonésia e Estados Unidos foram feitas por esses líderes. Ver Sousa (2007; 2010).

em exploração de recursos naturais como petróleo, os benefícios deste investimento ainda não foram aproveitados pela maioria da população. Segundo USAID (United States Agency for International Development, 2013) e ADB (Asian Development Bank, 2007) 40% da população ainda vivem abaixo de linha de pobreza com 88 centavos de dólar americano por dia. A falta de oportunidade de empregos contribui diretamente ao crescimento de altos índices de pobreza, insegurança alimentar e má nutrição crônica.

Em Setembro de 2013, o Governo de Timor-Leste em parceria com o Fundo Internacional Monetário, Banco Mundial, Asian Development Bank (ADB) e Japan International Cooperation Agency (JICA), organizaram uma conferência de alto nível sobre o desenvolvimento social e crescimento econômico com tema *Harnessing Natural Resource Wealth for Inclusive Growth and Economic Development*. A conferência trouxe líderes, representantes de sociedade civil, parceiros de desenvolvimento da Ásia, Austrália, Caribe, África e Oriente médio, para discutir e compartilhar as experiências e práticas em atingir um processo de desenvolvimento econômico inclusivo nos países de terceiro mundo. Durante a abertura da conferência, o atual Primeiro Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão ressaltou a sua preocupação em relação com a política do seu governo no crescimento de economia do seu país:

Our Vision is to transform our country from a low income nation to a country with upper-middle income levels by 2013, with a population that is secure, educated and healthy. We are proud that Timor-Leste was the first country in Asia and the third country in the world to comply with the Extractive Industry Transparency Initiative. This means that every dollar earned from our oil and gas resources is accounted for (...) Economic growth by itself is for nothing if it does not support poverty reduction, job creation, better education and health services and the tackling of social exclusion (TIMOR-LESTE:2013:1-2).

É evidente que o desenvolvimento econômico do país é uma das prioridades não só do governo, mas do Estado. A sobrevivência de uma nação depende no crescimento de sua economia. A preocupação da ONU (Organização das Nações Unidas) e das outras organizações internacionais na área de economia e inclusão social do país sempre foi uma das questões que surgiu quando o território conseguiu a sua independência da Indonésia. Como uma nação jovem com 12 anos de independência (2002-2014), o Estado busca sempre os caminhos que vai percorrer para enfrentar os desafios na construção da nação. Embora seja considerado como *salvador* e ao mesmo tempo como *maldição* para o país, o petróleo se torna como um dos motores principais da economia país. O investimento no petróleo, como foi ressaltado por Gusmão, é um dos caminhos

que o Estado adota para investir em outras áreas que poderiam promover o desenvolvimento social. Segundo Asian Development Bank (2007:18):

The growth of petroleum revenue has meant that *sustainable* budget spending – spending that can continue in perpetuity – is presently estimated at over \$300 million per year. This figure will likely grow once resources from the Timorese share of the Greater Sunrise field come on stream, but may vary according to world energy prices.

Pensando no crescimento do país, a receita fiscal deste investimento poderia ser aproveitada como fundos para outras prioridades, como construção de infraestruturas, estradas e transporte, educação, saúde ou construção de indústria que poderiam promover criação de mais empregos para a comunidade local. No entanto, com a falta de indústria e de base de produção, a economia do Timor-Leste depende da importação de bens e comércio da Indonésia, Cingapura e Austrália.¹¹ Para promover o crescimento econômico do país, o Estado tem considerado a abertura de uma *Zona Especial da Economia* do país situada no Distrito Oecusse Centro Oeste do país. Em junho de 2013, o ex Primeiro Ministro de Timor-Leste, Dr. Mari Alkatiri¹² que atualmente ocupa o cargo como Adido Econômico do país tem feito algumas visitas na sede de administração de Zonas Francas da Indonésia como *Batam Free Trade Zone Management Agency* para estudar e reavaliar o conceito de Zona Franca (The Jakarta Post, 2013).¹³

III. Cooperação internacional e participação nos blocos internacionais como estratégias e alternativas políticas.

A redução da pobreza sempre foi o objetivo principal do Estado desde a independência do país. O primeiro Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento (2011) coloca a redução de pobreza em todas as partes da região do país e promoção de um desenvolvimento econômico igualitário e sustentável que poderiam promover o aprimoramento de saúde, educação e o bem-estar de todos os cidadãos timorenses. Devido à falta de recursos humanos e materiais, o Estado continua aceitando apoio de

¹¹< <http://data.un.org/CountryProfile.aspxcrName=Timor-Leste>> Acesso em 08 de Outubro de 2013.

¹² Em Janeiro de 2013 o Conselho de Ministros do governo de Timor-Leste nomeou o Ex-Primeiro Ministro do país, o atual líder do partido de oposição, Dr. Mari Alkatiri como o representante do governo em negociar e tratar a política de abertura Zona Especial da Economia em Oecusse Ambeno. In <<http://temposemanal.com/politika/item/176-gusmao-government-appoint-ed-opposition-leader-as-special-zone-of-social-economy-in-oe-cusse>> Acesso em 08 de outubro de 2013.

¹³<<http://thejakartapost.com/news/2013/06/18/islands-focus-timor-leste's-economic-team-visits-batam.html>> Acesso em 09 de Outubro de 2013.

organismos internacionais e outros países na sua formação de Nação e na execução de suas políticas de desenvolvimento. Em seguida será apresentada uma breve abordagem de Cooperação Internacional de Timor-Leste com os países doadores principais.

a. COMUNIDADE DOS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Um dos primeiros blocos internacionais que o Estado timorense participou e se tornou como membro foi a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, ou mais conhecido como CPLP. Por decisão da conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos países como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé, foi constituída em 17 de Julho de 1996 uma comunidade de falantes de língua portuguesa, conhecida como CPLP. Em 2007, foi realizada uma reunião XII Conselho de Ministros (CM) da CPLP que reconheceu a necessidade da definição de uma Estratégia da CPLP para Timor-Leste. O objetivo geral deste plano estratégico é para contribuir para o desenvolvimento do país através de promoção, difusão da língua portuguesa, enquanto o objetivo específico focará na ampliação de língua portuguesa no território do novo membro da comunidade.¹⁴ O plano de desenvolvimento estratégico abrange três (3) eixos principais de ação, entre outros; 1) Promoção de língua portuguesa, 2) Setor de Justiça e 3) Setor de Administração Pública.

A participação de Timor-Leste na CPLP, como foi ressaltada na introdução, se baseia nos valores e princípios como história, cultura e língua. O apoio lusófono é apresentado em várias formas de cooperação. Brasil e Portugal são dois países principais da CPLP que fornecem maior cooperação técnica com Timor-Leste. Podemos considerar esse tipo de cooperação como “*Solidariedade Sul-Sul das ex-colônias*”, onde existe uma solidariedade e apoio para atingir o caminho de desenvolvimento entre as ex-colônias. Baseado nisso, e apoio dos países lusófonos na luta pela independência, a lusofonia se apresenta como parceiro para desenvolvimento mais viável para Timor-Leste.

As relações diplomáticas entre Portugal e Timor-Leste iniciaram-se em 1999, como resultado de uma relação histórica com Portugal como o ex colonizador durante mais de cinco séculos no país. A cooperação técnica entre dois países acontece através de IPAD ou Instituto de Apoio ao Desenvolvimento. Segundo IPAD, até ao final de

¹⁴ Em <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=397>>. Acesso em 29 de outubro de 2013.

2010, a estratégia de cooperação portuguesa para Timor-Leste encontrou-se definida no Programa Indicativo de Cooperação (PIC).¹⁵ Os objetivos deste PIC não estão longe de objetivos da CPLP, tendo o apoio em boa governança e democracia que focam mais na capacitação de recursos humanos no governo, na área de educação como apoio à Universidade Nacional de Timor-Leste e na atribuição de bolsa de Estudos e por fim na área de desenvolvimento sustentável e luta contra pobreza. Um dos projetos principais desta cooperação é a criação do “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural em Timor-Leste (PADRTL)” em 2005, com objetivo de contribuir para o desenvolvimento agrícola de Timor-Leste, intervindo na luta contra a pobreza e a insegurança alimentar, relançando a atividade agrícola em diferentes regiões e apoiando as comunidades diferentes e os grupos que fazem parte deste ramo de trabalho, em especial, nos distritos de Aileu e Ermera. O objetivo deste programa é buscar meios em criar dinâmicas de crescimentos econômicos no nível local. O IPAD financiou o projeto no valor de \$727 mil (€550 mil).¹⁶

Além de Portugal, o Brasil também é um dos países da CPLP que apoia fortemente o processo de desenvolvimento de Timor-Leste, na área de educação, social e política. Através da ABC ou *Agência Brasileira de Cooperação*, o governo brasileiro tem iniciado os projetos de cooperação com Timor-Leste desde a fase de transição¹⁷ (1999-2002) até o presente momento. No ano de 2000, ABC enviou a sua primeira delegação para Timor-Leste com objetivo de analisar e identificar as áreas nas quais o governo brasileiro tivesse capacidade de habilitar a cooperação e apoiar a construção da nação. A partir desta visita, foram estabelecidas várias cooperações técnicas no Timor-Leste. Segundo ABC, o primeiro projeto foi o de implantação do Centro de Promoção Social, Formação Profissional e Desenvolvimento Empresarial em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), atualmente chamado de Centro de Formação Profissional Brasil – Timor-Leste. Segundo ABC, “[...] a Cooperação Técnica Brasil-Timor-Leste compõe um investimento total de \$8 milhões dos quais \$6

¹⁵ Em < <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/>> Acesso em 29 de outubro de 2013.

¹⁶ < http://ns1.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=274&Itemid=2>. Acesso em 04 de Julho de 2013.

¹⁷ A época de 1999-2002 conhecida como a fase de transição, foi o período de formação do Estado timorense e do Primeiro Governo do país após a conquista pela independência em 1999. A ONU imediatamente reformulou a sua missão conhecida como UNTAET ou United Nations Transitional Administration in East Timor com objetivo de dar apoio aos líderes timorenses e os partidos políticos em formar o seu primeiro governo.

milhões oriundos do orçamento da ABC, dividem-se em 10 áreas temáticas, formação profissional e mercado de trabalho, Justiça, Segurança Nacional, Cultura e Patrimônio Nacional, Agricultura, Educação, Meio Ambiente e Saúde”.¹⁸

Na área de educação, o programa de qualificação de docentes acontece através do apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação do Brasil em parceria com o Ministério da Educação e Cultura de Timor-Leste. O programa envolve intercâmbio de professores brasileiros em Timor-Leste como docentes na Universidade de Timor-Leste, e os alunos e professores timorenses continuando seus estudos (PEC-G e PEC-PG) nas universidades federais brasileiras. Segundo o ex-embaixador do Brasil no Timor-Leste Sr. Edson Duarte Monteiro Marinho:

Com o apoio financeiro da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com a execução do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da Secretaria de Estado da formação profissional e emprego (SEFOPE), de Timor-Leste, este projeto, que já se encontra em sua quarta fase, visa contribuir a capacitação profissional em Timor-Leste e também apoiar a consolidação técnica, pedagógica e gerencial do pessoal do Centro de Formação Profissional Brasil-Timor-Leste, estabelecido em Becora (Díli).¹⁹

Embora Brasil e Portugal tenham investido muito no processo de desenvolvimento do Timor-Leste em várias áreas importantes, o governo timorense esperava mais expectativas destas cooperações. É importante lembrar que a cooperação entre Timor-Leste e os países lusófonos se baseia na história, língua e cultura; aspectos que determinam a base de relação entre os membros da CPLP. A cooperação no âmbito economia focando nas áreas que promovem crescimento econômico ainda é considerado como uma escassez desta cooperação. Desta forma, Gusmão (2013) ressalta a importância do bloco em focar mais no aspecto econômico. “*Queremos mudar a face da CPLP para uma comunidade de países com investimentos estratégicos aproveitando o know-how de um país, as necessidades de outro e aproveitando a financeira de outro*”.²⁰ Como o futuro líder da presidência rotativa da CPLP em 2014, Gusmão quer que a CPLP proponha um “*cariz*” mais econômico à comunidade.

¹⁸ <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/TimorLeste>> Acesso em 4 de Julho de 2013.

¹⁹ <<http://eportuguese.blogspot.com.br/2012/02/embaixador-do-brasil-em-timor-leste.html>> Acesso em 4 de Julho de 2013.

²⁰ <<http://www.portugalnews.pt/economia/xanana-gusmo-quer-uma-cplp-com-um-cariz-mais-econmico/>>. Acesso em 01 de novembro de 2013.

b. AUSTRÁLIA E AUSAID – AUSTRALIAN AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT.

A presença da Austrália no Timor-Leste começou antes de sua independência em 2002. Segundo historiador português, A. Barbedo de Magalhães (2007) a Segunda Guerra Mundial foi o ponto de partida em analisar as primeiras relações entre Austrália e Timor-Português. Muitos conhecem esta história a partir do apoio do povo timorense contra a invasão japonesa na ilha do Timor (1941), porém poucos conhecem a causa principal da entrada dos japoneses no território timorense. No dia 07 de Dezembro de 1941, Japão declarou a guerra contra Estados Unidos com seu ataque a Pearl Harbour. Com isso, também declarou sua guerra contra Grã-Bretanha. Logo após o ataque nos Estados Unidos, Barbedos (id.) destaca que o Consul Japônes avisou imediatamente o Governador Português em Díli da situação. A ideia era mostrar o interesse do Portugal em permanecer neutro perante de situação.

A informação de que o Japão esperava que o Portugal permanecesse neutro e que o cônsul japonês tinha dito isso ao Governador português foi, seguramente, transmitida ao Governo Australiano pelo Cônsul David Ross, numa altura em que o Governo Australiano e o Alto comando estavam a preparar uma decisão sobre o envio para Timor da *Independent Company*,²¹ que iria quebrar a neutralidade-portuguesa, com todas as tremendas implicações que isso tinha para Grã-Bretanha, que estava a lutar sozinha pela sua existência na Europa (BARBEDOS:2007:17)

A questão foi levantada pela Austrália, e em sequência, foi solicitado aprovação do Reino Unido pela Austrália em estabelecer um acordo com Holanda para o envio desta força aliada para Timor-Português. E assim, a neutralidade portuguesa foi violada quando desembarcaram soldados militares holandeses e australianos em Díli. Em princípio Japão não tinha razões para ocupar Timor-Português se não tivesse as tropas aliadas. Porém foi criada uma guerra contra Japão no território timorense não pelos timorenses, mas pela força aliada de outros países. E com consequência, ocupação japonesa no território durante dois (2) anos (1942-1943). Barbedos (id.) destacou que houve a estimativa de mais de 40,000 vidas de timorenses de leste perdidas na consequência da violência ou fome durante a operação japonesa.

Mais de quarenta anos depois, em 1975, a Austrália mostrou mais uma vez seu envolvimento na situação geopolítica de Timor-Leste através de sua participação em

²¹ *Independent Company* (Companhias Independentes) é o termo dado aos Esquadrões Comando de Exército Australiano levantado durante a Segunda Guerra Mundial em territórios como Timor-Leste e Nova Guiné.

apoiar a entrada da Indonésia no território timorense de Leste, defendendo a decisão da Indonésia de integrar o Timor-Leste como parte da República Indonésia. A participação da Austrália se baseia no seu interesse nos recursos naturais que o país possui no Mar Timor. Pilger (2000) destaca que antes da invasão indonésia, já havia comunicação direta entre governo Australiano ao governo indonésio mostrando seu interesse.²² "*Three months prior to the invasion, the Australian ambassador to Jakarta, Richard Woolcott, sent this cable to Canberra: 'It would seem to me that [the] Department [of Minerals and Energy] might well have an interest in closing the present gap in the agreed sea border, and this could be much more readily negotiated with Indonesia than with Portugal, or with independent Portuguese Timor'*"²³. Desta forma, após a independência, a exploração do petróleo no Mar Timor, se tornou como uma prioridade principal do governo. Não obstante, devido à falta de recursos humanos e materiais, a parceria com o país que divide o Mar Timor se apresentou como a estratégia mais viável explorar os recursos naturais. Portanto, Austrália e Timor-Leste têm trabalhado juntos na exploração de petróleo e os outros recursos encontrados no Mar de Timor. O acordo é conhecido como *The Greater Sunrise Fields*.²⁴

Para o governo timorense, a relação de Timor-Leste e Austrália traz benefício para o país pequeno considerando a Austrália como um país gigante não apenas em termos de tamanho, mas também no aspecto político e econômico. Com sua economia avançada e um sistema excelente de educação e de saúde e comércio, Austrália pode e deve ser considerado como o gigante da Oceania e vizinho dos países de Sudeste Asiático. O compromisso da relação entre os dois países é apresentado no Acordo de Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento de Timor-Leste- Austrália (2011). E tendo sua localização perto do Timor-Leste, Austrália facilmente se tornou como um dos países doadores que estabeleceu política de cooperação para desenvolvimento nesta

²² De acordo com as notícias, o ex- Embaixador da Austrália para Indonésia, Richard Woolcott, teria contactado o governo Indonésio para formar um acordo com Indonésia sobre o divisão do Mar Timor. <<http://www.theaustralian.com.au/news/features/the-40-year-battle-over-timors-oil/story-e6frg6z6-1226775440722#>> Acesso em 28 de Novembro de 2013.

²³ <<http://johnpilger.com/articles/australia-ignores-the-plight-of-the-east-timorese-but-keeps-a-watchful-eye-on-their-oil-and-gas>> Acesso em 28 de Novembro de 2013.

²⁴ *Greater Sunrise Fields* é o termo dado em 1974 quando foram descobertos os *Sunrise e Troubardor Gas* aproximadamente 150km no Sudoeste de Timor-Leste e 450km da Noroeste de Darwin, Austrália. Em <<http://www.woodside.com.au/our-business/sunrise/Pages/default.aspx>> e <<http://uk.reuters.com/article/2013/08/30/timor-australia-gas-idUKL4N0GS1CT20130830>> Acesso em 28 de Novembro de 2013.

nova nação. Considerado como um país vizinho de terceiro mundo, o governo australiano através da AUSAID (Australian Agency for International development) cria um programa de assistência chamado “*Assistência Oficial para o Desenvolvimento*” para apoiar o governo e o povo de Timor-Leste. Um dos objetivos principais deste projeto é levar o Timor-Leste em atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para isso AUSAID (2009:8) estabelece quatro (4) objetivos chaves, e que através destes objetivos, pretendem-se atingir o resultado de alto nível favoreçam a inclusão social e desenvolvimento do capital social do povo timorense:

1. Reforço da prestação de serviços básicos de saúde e educação, inclusivamente com um foco especial na saúde maternal e infantil;
2. Aumento de emprego através de:
 - a. Aumento da produtividade agrícola;
 - b. Melhoria das infraestruturas, inclusivamente através de iniciativas de mão de obra intensiva;
 - c. Promoção de formação profissional;
 - d. Promoção do desenvolvimento do sector privado inclusivamente através do aumento do acesso ao microcrédito;
3. Melhorar a responsabilização, a transparência e a integridade do Governo;
4. Construir as bases para uma comunidade mais segura.

Embora a Austrália tenha se mostrado como um parceiro com apoios em vários projetos de desenvolvimento para o país vizinho, o caso mais recente sobre a espionagem da Austrália no Timor-Leste tem criado alguns conflitos na relação diplomática entre os dois países. Segundo a carta oficial enviado pelo governo timorense à Corte Internacional de Justiça, o governo timorense demanda com urgência a devolução dos documentos oficiais do país que se trata de negociação marítima com valor de US\$ 40bilhões (TIMOR-LESTE, 2013).

O acontecimento ocorreu no dia 3 de dezembro de 2013 quando os agentes que se identificaram como agentes de organização de agência secreta de inteligência da Austrália (*Australian Security Intelligence Organization – ASIO*) confiscaram os documentos sem nenhuma ordem de busca no escritório do advogado australiano representando Timor-Leste para o caso de fronteiras marítimas entre os dois países. Além disso, foi identificado também evidências de espionagem pelo governo australiano no gabinete do governo de Timor-Leste durante a negociação e formação de

tratados de exploração de petróleo e recursos naturais no mar Timor que resultou na extensão de contrato como uma decisão injusta para Timor-Leste em 2006.²⁵

A manifestação dos líderes timorenses exigindo os seus direitos mostrou a exigência do seu governo pelos atos considerados não diplomáticos pela Austrália. Estes acontecimentos mostram a importância de política de cooperação com países doadores. Cada decisão política não apenas mostra a construção de política, economia e a inserção do Estado na região, mas também, a construção de coalizão e aliança entre nações através de atividades promovendo desenvolvimento político e cooperações técnicas que beneficiariam ambos países. A questão principal que devemos considerar após tudo isso, até que ponto que a diplomacia timorense vai estabelecer um limite de cooperação com a Austrália considerando que os dois compartilham os recursos naturais encontrado no Mar Timor? Qual seria a política externa do Timor-Leste diante desta situação?

c. CHINA

Como Austrália, a relação entre a China e Timor-Leste começou muito antes da independência do Timor-Leste como um país soberano como conhecemos hoje. A China pode ser considerada como o único país que começou sua relação com a ilha do Timor²⁶ desde século XIII. As viagens de mercadores chineses do Fujian e de Cantão rumavam para os Mares do Sul em busca um elemento essencial que gerou lucro para os chineses, Sândalo Branco de Timor. “*O primeiro contato dos nativos timorenses com outro povo de outra ilha ou continentes não foi com os portugueses, mas foi com os chineses quando os primeiros mercadores chineses estiveram em Timor à procura de sândalo*” (SOUSA:2010:9).

A relação entre China e Timor-Leste se tornou sólida com seu apoio pela independência do Timor-Leste em 1975. É interessante perceber que quando a declaração da independência do Timor-Leste pelo partido principal do país FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) foi negada devido as suas ideologias comunistas, pela comunidade internacional inclusive países como Austrália,

²⁵ Em <<http://www.theguardian.com/world/2014/jan/23/timor-leste-rejects-outrageous-slur-australian-spying-dispute>> Acesso em 04 de dezembro de 2013.

²⁶ Lembramos que antes da colonização portuguesa, não havia divisão entre duas partes da ilha, Timor Oeste (Parte da Indonésia) e Timor-Leste. O território era conhecido como a Ilha do Timor.

Estados Unidos e os países da ASEAN como Indonésia, Malásia e Cingapura. Mas a China foi um dos países que apoiou fortemente a luta pela independência do Timor-Leste da Indonésia.

Beijing was one of the most enthusiastic supporters of Timor in the United Nations Security Council providing diplomatic and political support by regularly raising the plight of East Timor to the world body. When the desperate Timorese leadership declared its independence from Portugal on November 28, 1975 in an attempt to attract international support and to prevent the impending Indonesia invasion, China was of the few countries to recognize the gesture. (HORTA:2009:2)

Em 2002, a China e Timor-Leste estabeleceram as suas relações diplomáticas oficialmente. O primeiro acordo de cooperação econômica foi assinada em 2002 com o objetivo de investir na (re) construção de infraestruturas de Timor-Leste. Desta forma, na reconstrução do país, a China tem atuado como um ator fundamental para a recuperação das estruturas do país.²⁷ Vários acordos econômicos e tecnológicos foram estabelecidos nos anos seguintes. A partir do ano de 2003, a comércio bilateral entre os dois países foi estabelecido como objetivo de aumentar a produtividade de comércio e economia dos dois que gerou um investimento de aproximadamente \$ 1,06 milhões e aumentando em 2004 para \$ 1,7 milhões e em 2006, cresceu significativamente para \$16,75 milhões. A China gasta 1.7 milhões em importações de produtos timorenses, e exportou para Timor-Leste produtos como vestuário, produtos alimentares, eletrônicos, maquinarias e materiais de construção civil no valor de \$70.4 milhões (SOUSA, 2013).

A entrada da China no cenário internacional como um dos doadores importantes principalmente para os países da CPLP como da África e Timor-Leste, foi facilitada pelo Macau como a plataforma de serviços entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa. A atuação da China como doador foi destacada pelo ECOSOC (2008, p. 31-32) como atuação de política da China como membro do Bloco BRIC que tem mostrado a sua importância e papel em fornecer ajuda externa para os países em desenvolvimento. O presidente da República de Timor-Leste, Taur Matan Ruak no seu discurso durante a comemoração do Ano Novo Chinês no Timor-Leste, ressaltou as fortes relações entre timorenses e chineses; " [...] Desde a independência de Timor-Leste, as relações entre as

²⁷ O Palácio Presidencial de Timor-Leste, o Ministério da Defesa e Estado-Maior General das Forças Armadas e o Ministério dos Negócios Estrangeiros são edifícios principais do governo construídos pelo governo chinês e doados ao governo timorense.

duas nações tornaram-se cordiais e muito fortes. A assistência e boa vontade para Timor-Leste são profundamente valorizadas e extremamente benéficas [...]".²⁸

Embora a China tenha investido bastante na construção de economia e comércio de Timor-Leste como parte de sua parceria com o país, existem outros problemas atrás desta política considerados não apenas pelo governo, mas principalmente pela população. O grande fluxo de migração dos chineses para Timor-Leste é considerado como um problema grande para a população local.²⁹ O maior argumento desta questão se trata de falta de oportunidades de emprego para os locais. De fato, a boa qualidade de educação ainda permanece como um desafio enorme para o Ministério da Educação. O baixo nível de alfabetização e de educação se torna como problemas principais para os jovens em conseguir melhores empregos e melhorar a qualidade de vida. Com este nível, apenas conseguiriam empregos como atendente nas lojas pequenas, trabalhadores braçais, motorista de transporte público, etc. A chegada de muitos migrantes chineses não apenas como técnicos especialistas mas também como trabalhadores braçais com mais experiência e qualidade tornam mais difícil a concorrência para a população local. Tornar-se a *minoría*³⁰ no próprio país pode se tornar um problema sério a ser enfrentando pelo governo e pela população.

d. ASEAN (Association of Southeast Asian Nations)

O interesse pela integração (Econômica e Política) regional é um dos objetivos principais do Estado timorense na busca pelo seu desenvolvimento político e econômico. Na região Sudoeste Asiático, a Associação das Nações de Sudoeste Asiático, conhecida como ASEAN, é a comunidade formada por dez (10) países com objetivo de integrar as suas economias e criar uma identidade comum. ASEAN se apresenta como uma das comunidades regionais mais desenvolvidas em termos de

²⁸ <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3046823&seccao=CPLP> Acesso em 03 de Fevereiro 2014.

²⁹ Existem dois tipos de comunidade chinesa no país; 1) Chineses que migraram para Timor-Leste antes de independência do Timor, que sempre estiveram no Timor-Leste desde antes e depois da ocupação portuguesa no território. Estes chineses são chamados de *China-Timor* ou *Chinês-Timorenses* pela população local e 2) Chineses que migraram depois da independência. Os que pertencem do primeiro grupo são e sempre foram considerados como timorenses devido a sua longa história de imigração, enquanto o segundo são considerados como migrantes chineses.

³⁰ Trato o conceito de *minoría* aqui como os excluídos de oportunidade em atingir um nível de desenvolvimento social. Isso inclui os que não têm a possibilidade de ter educação formal, ter acesso à educação básico e continuar na educação superior.

desenvolvimento econômico e política dos países membros. Para os países em desenvolvimento, a globalização se apresenta como um desafio grande em competir com a economia dos países vizinhos. Caracterizados por mercados internos limitados e incapacidade de fortalecer suas economias no plano internacional, o agrupamento se torna como um caminho mais viável para enfrentar os desafios do mundo globalizado. Portanto podemos entender que a construção de uma região integrada é uma forma de fortalecer os Estados individualmente.

Desde a formação do bloco ASEAN no ano de 1960s, Timor-Leste sempre esteve parte nas discussões do bloco. O primeiro levantamento de Timor-Leste no bloco aconteceu durante a época da invasão Indonésia no território timorense onde houve a proclamação da Independência do Timor-Leste em 1975. Quando em 28 de Novembro de 1975, o partido FRETILIN (FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR LESTE INDEPENDENTE) declarou a independência do Timor-Leste, o bloco ASEAN já havia identificado o Timor-Leste como um país vizinho com a possível ideologia comunista. Durante a invasão, várias resoluções da ONU condenaram a invasão da Indonésia.³¹ Porém, a ASEAN defendeu a posição da invasão da Indonésia no território devido vários motivos. Representantes da Austrália e da ASEAN afirmaram as suas posições em não permitir um país vizinho considerado como um Estado fraco no meio de arquipélago indonésio. Como ressalta Ortuoste (2011:8)

First, the East Timorese had exercised their right of self-determination and they chose to become a province of Indonesia rather than be ruled by FRETILIN. Second, East Timor was effectively integrated into the Indonesian territory. Finally, since Indonesia was providing adequate assistance to East Timorese³², the international community was bound to abide by the principle of non-interference and respect for Indonesia's sovereignty.

Embora a relação entre Timor-Leste e o bloco ASEAN tenha começado de uma forma diferente, o bloco considera no presente momento, a participação do país como o

³¹ Segundo Ortuoste (2011), as resoluções da ONU são: GENERAL ASSEMBLY RESOLUTION 3485 (XXX) de 12 de dezembro de 1975; Security Council resolutions 384 (1975) e 389 (1976). Ortuoste ressalta que a partir do ano de 1977 a 1982, o Assembleia Geral emitiu resoluções com título de "Question of Timor", número 31/53 (1976), 32/34 (1977), 33/39 (1978), 34/40 (1979), 35/27 (1980), 36/50 (1981) e 37/30(1982).

³² É importante perceber que a interferência da Indonésia no Timor-Leste aconteceu antes de sua invasão, através de envio de uma delegação indonésia chamada *Operasi Komodo* que incluía um elemento diplomático onde foi apresentada a proposta de um possível intervenção militar em Timor-Leste devido o perigo de extensão de ideologia comunista neste território. A formação do partido APODETI que apoiou a integração com autonomia do Timor com a Indonésia é um dos exemplos da influência da diplomacia indonésia em promover e justificar a sua entrada no Timor-Leste. Ver Sousa (2010), Ortuoste (2011).

seu novo membro. O plano original do Estado timorense era tornar-se membro da ASEAN até 2012 (TIMOR-LESTE: 2011: p. 211)³³, porem devido vários aspectos que impedem a sua participação no Bloco, o país permanece como observador até no presente momento. Numa visita oficial as Filipinas, Xanana Gusmão como Primeiro Ministro e ex-lider da resistência do país afirmou que o país pode contribuir para o desenvolvimento do bloco, “*This visit to the Philippines is part of my effort to visit all ASEAN countries. [Timor Leste] is seeking membership to the ASEAN, because [we believe] we can contribute*”.³⁴

Formado como um bloco dos países de sudeste asiático, a ASEAN é formada por três (3) pilares/guias para o desenvolvimento da comunidade. Eis são: *ASEAN Economic Community (AEC)*, *ASEAN Socio-Cultural Community (ASCC)* e *ASEAN Political and Security Community (APSC)*. AEC propõe em estabelecer a ASEAN como a região dinâmica e competitiva e que favoreça um processo de desenvolvimento e inclusão social dos países membros e inclusive os países não membros da região. AEC pretende fortalecer a economia do bloco através de: a) abertura de um mercado e uma base de produção, b) um mercado competitivo, c) um desenvolvimento econômico equitativo, d) uma integração total a economia mundial (ASEAN, 2012). Parte de sua visão de 2020, o bloco pretende abrir uma Zona Livre de Comércio com uma política de fluxo livre circulação de bens, serviços e investimento mais livre.

Advance economic integration and cooperation by undertaking the following general strategies: full implement the ASEAN Free Trade Area and accelerate liberalization of trade in services, realize the ASEAN investment Area by 2010 and free flow of investment by 2020; intensify and expand extra-ASEAN regional linkages for mutual benefit cooperate to strengthen the multilateral trading system and reinforce the role of the business sector as the engine of growth.³⁵

Durante uma visita oficial do Secretário Geral da ASEAN, Dr. Surin Pitsuwan no Timor-Leste, o Secretário Geral ressalta que o país observador tem a potência e capacidade de participar no bloco como o seu novo membro. O desenvolvimento do

³³ Até o presente momento, Timor-Leste ainda permanece como país observador da ASEAN. Apesar de ter apoio de outros membros como Filipinas e Indonésia, outros membros da comunidade ainda estão reconsiderando a entrada do Timor-Leste como seu novo membro. Fatores como recursos humanos, economia, política e estabilidade do país, são elementos a serem analisados pelos países membros antes de permitir a sua adesão na comunidade.

³⁴ <<http://www.gmanetwork.com/news/story/311647/news/nation/visiting-timor-leste-pm-on-asean-bid-we-believe-we-can-contribute>> Acesso em 28 de Novembro de 2013.

³⁵ <<http://www.asean.org/news/item/asean-vision-2020>> Acesso em 18 de Outubro de 2013.

Setor Privado e Recursos Humanos são algumas observações e sugestões do Dr. Surin para o governo de Timor em planejar a sua inserção no bloco regional futuramente.

III. AS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS

Para enriquecer a nossa discussão, faremos uma breve abordagem e definição do conceito de Zona Franca (Free Trade Area) ou também conhecida como Zona Econômica Especial. Desde o começo do século, o comércio sempre foi não apenas como o ponto principal de relação entre nações, mas também como o elemento principal da economia de sociedade. Zonas Econômicas Especiais são formadas para criar um fluxo de comércio e bens, promovendo economia livre entre nações. As Zonas econômicas podem ser consideradas como uma das muitas estratégias de política comercial utilizadas para promover o crescimento econômico e social. As principais características de uma Zona Econômica Especial segundo Banco Mundial (2008:9): *1) Geographically delimited area, usually physically secured, 2) Single Management/Administration, 3) Eligibility for benefits based upon physical location within the Zone, 4) Separate Customs area (duty-free benefits) and streamlined procedures.* Ainda de acordo com Banco Mundial, os objetivos principais desta zona é oferecer incentivos para atrair investimentos externos diretos (IED), através de exportação de mercadorias e também para aumentar emprego do país receptor, através de oportunidades de trabalho. Portanto, a seguir, faremos uma breve discussão de Zona Franca dos países vizinhos como Indonésia, China, Filipinas e Brasil para entender a política de cada país, os desafios e as oportunidades criadas por essas zonas.

a. BATAM FREE TRADE ZONE (INDONÉSIA)

Criada em 1973, *Batam Free Trade Area* é considerada como uma zona de indústria promovendo fluxo de comércio e economia entre três países: Indonésia, Malásia e Cingapura. As atividades econômicas da região Batam atraiu vários investidores internacionais como da Cingapura e Malásia. A partir dos 90, foi formada uma aliança econômica entre esses três países, chamada *Indonesia-Malaysia-Singapore Growth Triangle (IMS-GT)*. Essa parceria é também conhecida como SIJORI (Singapore, Johor da Malásia e Isla de Riau da Indonésia) Growth Triangle. Segundo Aritenang (2009), ambos os investimentos estrangeiros e nacionais valem US\$ 7.3 bilhão com mais de 800 empresas presentes. Portanto, estes investimentos têm atraído a

região Batam não apenas como uma zona de investimento econômico, mas também como área turística do país. Turistas dos países vizinhos como Cingapura, resolvem gastar o seu dinheiro na região devido à diferença de preço dos produtos oferecidos pela região de zona econômica especial. Além de tecnologia, Batam oferece, serviços como resort de *golf*, turismo gastronômico e iate. Como ressalta Aritenang (2009:98-99):

[...] Batam offers hotels, golf resort, yachting and food tourism. In the information technology, Batam is also one of the country`s most advance regions. In 2001, Batam Intelligence Island (BII) was launched and consisted of e-government, e-infrastructure and e-business. This fiber optic and microwave based-technology serve sectors such as governments, industry, education, communication and tourism.

Podemos analisar a trajetória de desenvolvimento da região através de sua cooperação com o país vizinho, a Cingapura. Em 2009, a economia Cingapura deu um impulso via sua indústria eletrônica. Wulandari (2012) ressalta que Cingapura se tornou o maior contribuidor de produtos eletrônicos da região somando 30.6% no total e gerando um investimento em torno de S\$ 63.9 bilhões e criando empregos para mais de 76,000 pessoas. Após a crise econômica do país (1970 e 1980), a recuperação de Cingapura aconteceu através de uma reforma de política de Estado. A economia de Cingapura se caracterizou através de um controle total do Estado. O governo estimula o desenvolvimento de Setores privados através de investimento dado às empresas estatais como Chartered SemiConductor e NatSteel Electronics.³⁶ Porém devido à falta de território, o governo escolheu *Batam*, uma região de um país vizinho com grandes oportunidades. Portanto, a consistência de participação de Cingapura na região também é facilitada pelo seu contexto geográfico e onde de certa forma, o crescimento econômico de Cingapura de certa forma afeta diretamente o crescimento da região Batam.

b. SUBIC BAY FREE TRADE ZONE (FILIPINAS)

O *Subic Bay Freeport Zone (SBFZ)*, conhecido simplesmente como Subic Bay, foi a primeira zona de livre comércio construída sob a antiga base militar dos Estados Unidos da América (EUA) que funcionou entre 1900 a 1991. Quando os Estados Unidos da America (EUA) decidiu a deixar a sua maior base militares no continente asiático, o governo local criou uma resolução para aproveitar o território e utilizou

³⁶ Wulandri, Sri. *Batam Free Trade Zone*. Asia Monitor Resource Centre (AMRC), p. 5. Em <<http://www.amrc.org.hk/system/files/Batam%20Free%20Trade%20Zone.pdf>>.

oportunidade para desenvolvimento social e econômico local da população. O ex-governador da região Olongapo³⁷ Richard Gordon era determinado em criar uma zona que poderia aproveitar os recursos naturais e criar mais oportunidades econômicas e sociais para a população. A ideia do governo filipino em converter a base militar para uma zona franca é criar uma zona semelhante às outras zonas francas como do Hong Kong e da Cingapura. A autoridade da região, *Subic Bay Metropolitan Authority (SBMA)* é órgão principal e responsável do governo na administração da zona com tamanho de 650 km².³⁸ No dia 13 de Março de 1992, o Congresso da República das Filipinas passou a lei 7227, conhecida como *Base Conversion and Development Act of 1992*, em respeito da saída de soldados americanos na região. A região Subic é localizada no noroeste de Manila, a capital do país.

A construção desta zona especial de livre comércio promoveu o crescimento econômico do país com mais 700 projetos de investimentos. O desenvolvimento de Subic Bay consiste no desenvolvimento de indústria, atividades de comércio e turismo. Um ano após a sua abertura como zona econômica especial, o Enron Subic Power Plant investiu US\$ 115 milhões para operar a usina deixada pelos exércitos americanos. Em 1994, mais investidores se arriscaram a oportunidade de investir nesta zona com valor total de US\$ 314 milhões de investimento. Rapidamente, *Subic Bay Freeport* se tornou como uma zona de comércio e turismo mais movimentado na região, gerando não apenas lucros, mas também milhares de oportunidades e investimento no valor de US\$ 2 bilhões em apenas 4 anos (1992-1996).³⁹

O Subic Bay Freeport torna-se um comércio e centro de turismo, gerando milhares de empregos e US\$ 2 bilhões em investimentos em um período de quatro (4) anos. Uma de suas marcas do seu sucesso foi a escolha da região como a sede de 4º Encontro de APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation) em 1996. Em 2012, além de faturar um lucro de PHP789 milhões⁴⁰, a Zona foi reconhecida pelo Departamento de Turismo das Filipinas como um dos melhores destinos do país devido à qualidade de serviço e de instalações turísticas atraindo turistas locais e estrangeiros. No mesmo ano, o Vale Shipping Holdings Pte (VSH), uma empresa brasileira, afiliada da Vale

³⁷ OLONGAPO: Uma cidade vizinha, situada na mesma província como Subic, província *Zambales*,

³⁸ Em <<http://www.mysubicbay.com.ph/about-us/brief-history>> Acesso em 28 de Novembro de 2013.

³⁹ Em <<http://www.mysubicbay.com.ph/about-us/milestones>> Acesso em 28 de Novembro de 2013.

⁴⁰ Valor equivalente aproximadamente de R\$41, 854,319 milhões.

AS, a segunda maior mineradora do mundo e considerada como maior produtora de mineiro de ferro e pelotas de ferro, lançou seu investimento de US\$52 milhões de ferro transbordo de mineiro de hub em Subic Bay Freeport. O investimento gerou uma coleção receita com total de PHP 72.34⁴¹ milhões até o final do ano.

c. SHENZHEN SPECIAL ECONOMIC ZONE (CHINA)

Em 1979 governo Chinês estabeleceu quatro (4) Zonas Econômicas Especiais; Shantou, Xiamen, Zhuhai e Shenzhen. Localizada no sul do país, ao norte do Hong Kong, Shenzhen foi a primeira cidade chinesa onde foi construída uma zona econômica especial. Antes de seu desenvolvimento como uma zona econômica especial, Shenzhen era uma vila simples de pescadores que compartilham uma fronteira com Hong Kong. O objetivo principal do governo Chinês em investir na formação desta zona é aproveitar as atividades de comércio do Hong Kong e compartilhar as oportunidades e vantagens destas atividades para o desenvolvimento da região. Entre as quatro zonas, Shenzhen possui o maior tamanho de território com total de 327.5 km². O tamanho da Zona Zhuhai é menos comparada com o da Shenzhen, com apenas de 15.2Km², dividida em três (3) partes diferentes, nas quais uma será a região de zona de indústria e exportação, que compartilha a fronteira com Macau, e as outras duas serão utilizadas principalmente para empreendimentos residenciais e de lazer. Com área total de 1.991,64km², a região tem mais de 310 rios que são ligados diretamente ao sistema hidrográfico do Rio Dongjiang, o grande Rio que fornece água a Hong Kong (LIANG, 1999).

Liang (1999) argumenta que o estabelecimento de Zona Econômica Especial do Shenzhen seguiu a lógica de uma Zona Franca Industrial, no qual o objetivo principal é estimular a exportação e desenvolvimento nacional. E com isso Sit (1985) também ressalta que a Zona Shenzhen pode ser considerada como a mais desenvolvida, um fato no qual o modelo da Shenzhen foi copiado pelos outros países na construção de suas zonas econômicas especiais.

A política de abertura desta Zona Econômica de Shenzhen se mostrou não apenas como uma política de economia, mas também uma política de ideologia. A China em 1973, por sua vez mostrou a sua vontade de se abrir ao mundo internacional, utilizando os métodos capitalistas em promover o *programa de modernização*

⁴¹ Valor equivalente aproximadamente de R\$406,000 mil.

*socialista*⁴² (SIT, 1985). A região era visto como um meio de promover o desenvolvimento de tecnologia do país com tecnologia moderna de outros países na forma capitalista. No ponto de vista econômica e política, existem várias considerações em relação com a abertura desta zona.

1) China needs to promote economic and technical exchanges with foreign countries, 2) the achievement of such exchanges involves payment of a price which may take the form of capitalist exploitation and the *adverse* social influence of capitalism, and 3) to maximize the benefits while minimizing the negative costs, a few convenient areas have to be singled out for concentrated development, effective promotion and easy control (SIT: 1985:74)

Portanto, a partir da abertura desta zona especial, Shenzhen tem atingido desenvolvimento em vários aspectos. A migração para Shenzhen sempre tem sido um tema presente desde a época de Dinastia de Song (1127-1279), porém, com a construção da cidade Shenzhen como uma zona econômica especial, os números continuam a aumentar drasticamente. Segundo o site de Municipal do Shenzhen, a população da região cresceu de 30,000 a 7 milhões desde a construção de zona.⁴³ Segundo Aritenang (2008) as autoridades da região afirma que 0.8% da população terminaram ensino superior e a faixa etária dos trabalhadores é entre 25-60 anos. Portanto, podemos perceber que a migração e desenvolvimento da população têm sido um fator fundamental no desenvolvimento da região, como ressalta Aritenang (2009:100) "[...] *the population structure has contributed significantly in Shenzhen's role as centre for high industry manufacturing location*". Mão de obra qualificada é um dos elementos mais essencial no investimento de empresas internacionais e transnacionais na região. E como no caso da Shenzhen, Aritenang (2009) assinala que o PIB da Shenzhen vale US\$2,5 bilhões, tendo 50% de setor de indústria. Além disso, Shenzhen também gerou o investimento direto estrangeiro de US 21.6 bilhões.

Portanto podemos ver que o sucesso da Shenzhen se baseia em dois (2) fatores principais; *investimento direto estrangeiro* e *emigração*. A sua localização próxima a Hong Kong não apenas, se torna como uma vantagem para fabricação de produtos industriais, mas também facilita o investimento direto das empresas internacionais ao

⁴² É importante lembrar que este processo de modernização se baseia na necessidade e prioridade do governo chinês na busca de meios para melhorar a qualidade e custo de vida de sua população. Sit (1985) ressalta que em várias literaturas chinesa, foi destacada a justificativa de adotar o sistema capitalista como forma de atrair investimento estrangeiro, como parte de ensinamento Vladimir Lenin na sua teoria *Leasing System* aplicado em União Soviética no ano 1920.

⁴³< http://english.sz.gov.cn/gi/201210/t20121015_2050857.htm> Acesso em 03 de dezembro de 2013.

redor do Hong Kong. Isso facilita o processo de produção, ou como descreve Lee (1985, apud LIANG: 1999:120) “*Store in front and factory in the back*”. Segundo, o fornecimento de mão de obra barato se torna como um fator essencial para as empresas e também para a população. A emigração neste sentido é um processo que afeta o crescimento da população e a economia da região.

d. ZONA FRANCA DE MANAUS - ZFM (BRASIL)

Localizada na Amazonas, Manaus conta com mais ou menos dois (2) milhões de habitantes onde existe o Rio Negro e o Amazonas. Durante muito tempo, após a sua fundação no século VI, Manaus não teve um crescimento significativo que o diferenciasse dos outros lugares no território brasileiro. O Ciclo da Borracha em 1870 foi o período mais próspero da região devido a sua produção de látex, matéria-prima partir da qual era produzida a borracha para o comércio internacional (ARAUJO, 2009; SERÁFICO e SERÁFICO, 2005). Segundo Araujo (id. p.34) "a expansão demográfica partiu do pequeno contingente de apenas cerca de 5.000 habitantes em 1870, passando para 20.568 em 1890, e para 30.757 em 1900 para 60.000 em 1907". O lucro criado pela produção de borracha tornou Manaus como uma das áreas mais crescidas do país na época. *Paris Tropical* era uma das referências dada à região. Continua Araujo (id. p. 34-35):

Quanto aos serviços públicos, foi implantado um sistema portuário moderno, um sistema de abastecimento d'água domiciliar, bem como serviços de esgoto, de iluminação elétrica, de telefone e de telégrafo subfluvial. Além disso, construíram-se alguns prédios públicos monumentais como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça, os quais hoje são referências da cidade. E também foram edificadas a Biblioteca Pública, a Alfândega e a Penitenciária. Todas essas sofisticções renderam à Manaus o apelido de *Paris Tropical*.

Podemos perceber que Amazonas viveu uma boa fase na sua história. Porém, após décadas de sucesso de borracha, a economia da borracha na região chegou ao fim quando a cultivação de borrachas também começou a ser feita em outros continentes no mundo como na Ásia e África. A partir dos anos de 1908, esses continentes começaram-se a obter uma boa produção significativa de borracha. Segundo Souza (2005, apud ARAUJO, 2009) em 1913, a Ásia já liderou a produção mundial de borracha. No entanto, a Amazonas não tinha condições em competir dos seringais plantados na Ásia. No declínio do preço da borracha, a região de Amazônia se encontra com desafio em manter a estabilidade de sua economia. Após o fastígio da borracha, houve uma

necessidade do governo brasileiro em criar uma política estratégica não apenas em controlar a economia da região, mas em integra-la na economia e desenvolvimento nacional. Portanto, a política de criação de zona franca Manaus (ZFM) foi estabelecida como uma estratégia cujos objetivos principais eram, integração da Amazonas com a economia nacional e a proteção do território de amazonas dos países vizinhos. Segundo Loureiro (2003, p. 36):

A Amazônia ocidental, onde se localiza a Zona Franca de Manaus (ZFM), e a parte central da mais importante região natural terrestre. Compartilhada por nove países, possui em seu território imensos recursos naturais, especialmente água doce e biodiversidade [...] o Brasil terá de enfrentar o seu maior desafio histórico: desenvolvê-la de forma competente e sustentável, preservando a natureza e os ecossistemas que nela interagem [...] Resultante de firme decisão política, o projeto ZFM, institucionalizado no primeiro governo do ciclo militar, transformou-se em excepcional polo de crescimento econômico na região, gerando renda, emprego, tributos e exportações crescentes que já superam US\$1bilhão/ano, nas fábricas localizadas no parque industrial de Manaus que continuamente agregam valor a sua produção.

Parte de sua geopolítica, a construção de Zona Franca de Manaus foi uma estratégia de governo militar⁴⁴ da época em busca de expansão da economia amazonas e ao mesmo tempo integrar a região. Para Seráfico e Seráfico (2005) a ZFM é o resultado de cooperação entre a economia mundial e o nacionalismo, como parte de um momento definido da ordem internacional. A estagnação econômica contribuiu não apenas em rebaixamento de valor de trabalho, mas também em concorrência de empregos para a população. A sua instalação atraiu grandes produtores mundiais americanos e europeus do setor eletroeletrônico e de veículos. Portanto, Manaus como ressalta Lima e Valle (2013, p.78) “[...] foi incorporada na rede de cidades produtoras de manufaturas de empresas transnacionais, e lugar de disputa global dos grandes produtores mundiais. É assim que os americanos, europeus, japoneses e outros penetram no mercado brasileiro de Manaus a sua *plataforma de exportação* para território nacional”.

Em 1967 a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), a autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi criada para administrar a Zona Franca de Manaus. A partir deste ano, empresas pioneiras como *Springer da Amazônia* e *Sharp do Brasil* começaram a investir na ZFM,

⁴⁴ Vale lembrar que desde o ano 1964 a 1985, o Brasil passou pela uma fase de ditadura militar na sua história. A construção de Zona Franca de Manaus foi um projeto imaginado pelo ex-presidente Vargas em 1953, mas o projeto em si foi executado e financiado em 1967 na época de ditadura militar. A ZFM foi considerada como um grande projeto do governo brasileiro em segurar o seu território através de industrialização da região.

gerando emprego para a população para montar os produtos eletrônicos. Em 1974, aproximadamente 20% da Indústria do Distrito de Manaus era dominada pelas empresas eletrônicas como Semp Toshiba, CCE, Philips, entre outros. Em 1983, o número continuou aumentando, trinta e nove (39) novas empresas investiram US\$ 600, 000 na zona, gerando 16.500 empregos para a população. E em 1990, o número cresceu para 100 empresas internacionais com aproximadamente 42.283 empregos (MAYER, 2008). Desde 1997 a 2003, a exportação cresceu 572%, de US\$193,4 milhões para US\$130,00 bilhões como maioria de produtos são destinados para Argentina, Estados Unidos, Venezuela e Colômbia. ⁴⁵ Com este rápido progresso, Manaus se tornou como a 8ª maior cidade do país, com fluxo de migração forte de 40,000 imigrantes de todas as partes da região nordeste procurando emprego nas fábricas em ZFM.

IV. Análise - Zona Especial de Economia Social de Mercado (OECUSSE-Timor-Leste).

O distrito *Oecusse*, conhecido como *Enclave Oecusse* é uma das regiões distritais que fazem parte da administração do Estado timorense. Localizado 80 km a oeste do contíguo de Timor-Leste, o 13º distrito no sistema administrativo do país possui 815km² e cercado pelo Timor-Occidental, o território pertence da Indonésia. Como ponto da entrada dos portugueses no século XV e a região que teve seu primeiro contato com catolicismo, Oecusse teve sua importância na história do país. Durante a colonização portuguesa, a região serviu como a capital do Timor-Português até 1760 quando a capital da colônia portuguesa foi transferida para Díli, a atual capital do país.⁴⁶ Portanto, para a população da região, embora a região se localize distante da capital do país e mais próxima ao território indonésio, Oecusse sempre será a origem do país.

A economia da Oecusse pode ser considerada ainda como economia tradicional no qual o modelo de transação em alguns lugares da região se baseia no comércio de permuta. Maioria do povo de Oecusse são agricultores que cultivam mandioca, batata, feijão e outras variedades de plantas e vegetais. Animais como cabrito, porco, frango e gado são criados mais para consumo de casa. Com a pequena indústria de pescaria, durante a ocupação indonésia, gado era um elemento central da economia devido à sua exportação frequente para outros lugares da Indonésia. Produtos como tabaco, roupas, e

⁴⁵ <http://www.suframa.gov.br/zfm_principal.cfm> Acesso em 04 de dezembro de 2013.

⁴⁶ <<http://www.zeesm.com/about/oecusse/>> Acesso no dia 10 de Janeiro de 2014.

outros materiais domésticos são trazidos do Timor-Ocidental. Hotéis e restaurantes locais são espaços de comércio para servir os turistas e viajantes que passam pela região. No entanto, o comércio nesta região pode ser considerado como uma atividade econômica simples que apenas sustenta as famílias no seu dia a dia. Com a falta de integração econômica nacional, cria-se uma necessidade de adotar novos meios para incluir as atividades econômicas e sociais da região no nível nacional.

Durante a fase de formação do Estado-Nação, a Assembleia Constituinte instituiu na Constituição Democrática do país Artigo 05 que “[...] *Oecusse Ambeno e Atauro gozam de tratamento administrativo e econômico especial*” (TIMOR-LESTE:2003:10). O objetivo principal desta é criar uma oportunidade para Oecusse Ambeno em atingir um nível de desenvolvimento que possa ser aproveitado pela população da região, considerando a sua distância com a capital como o centro da economia e política do país. Portanto, atingir a integração econômica (nacional e internacional) se torna um dos metas principais do governo timorense na formação desta zona econômica especial. Com o estabelecimento desta zona, cria-se a expectativa de atrair investimentos diretos estrangeiros no país que no final geraria mais oportunidades de empregos e crescimento econômico do país. Portanto, a construção da Zona Econômica Especial de Timor foi pensada da mesma forma, utilizando o distrito Oecusse Ambeno como a região para esta zona especial. Na reunião do Conselho de Ministros no dia 16 de Janeiro de 2013, o conselho analisou a proposta de criação da Zona Especial de Economia Social de Mercado, como um projeto-piloto que deverá ser implementado com objetivo de proporcionar o distrito novas perspectivas para futuro a partir de seu desenvolvimento econômico, paz e estabilidade (TIMOR-LESTE 2013).

A discussão acima mostra a importância de política do Estado em desenvolver a região. Portanto, analisar a ação do Estado como o ator principal nesta política é indispensável para o este trabalho. Voltamos para o nosso objetivo principal; em que medida que a formação desta zona econômica especial trará uma vantagem para um país como Timor-Leste. Segundo Hakim e Blackstone (2000) zonas especiais são estabelecidas com objetivo de estimular o desenvolvimento regional e atraindo o investimento direto estrangeiro na região. As vantagens principais segundo Hakim e Blackstone entre muitos são: *criação de emprego para população local, atração de investimento estrangeiro, desenvolvimento da economia local e nacional*. Porém, analisar as condições que um país receptor deve ter para abrir uma zona especial também deve ser considerado. O aprimoramento de infraestruturas, formação de mão de

obra qualificada e a administração e governança local são elementos indispensáveis. É muito provável que com a abertura do país e a liberalização de sua economia criarão mais oportunidades possibilidades não só em emprego mas também para um crescimento da economia da região. A Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID - *United States Agency for International Development*) ofereceu algumas recomendações para o governo timorense para a construção de Zonas Econômicas Especiais, são: [...] *Timor-Leste should offer generous tax/financial incentives; improve its infrastructure significantly (particularly roads and electricity); minimize the red tape which currently exists in most areas of the government; and clarify supporting legislation such as private property and bankruptcy laws*".⁴⁷

Para Acemoglu e Robinson (2013:43), a instituição é elemento fundamental no desenvolvimento de uma nação. Uma boa governança de instituições incentiva as possibilidades de aprimoramento de projetos do Estado, “[...] *as institutions influence behavior and incentives in real life, they forge the success or failure of nations. Individual talent matters at every level of society, but even that needs an institutional framework to transform it into a positive force*”. É importante lembrar que neste contexto a construção e capacitação de instituições públicas fazem parte de processo de construção de Estado-Nação, e a consequência de não possuir instituições capacitadas seria o *fracasso do Estado*. Em princípio, um Estado fraco ou falido, é identificado como causa principal não apenas de subdesenvolvimento econômico e político, mas também de violência e insegurança. Para um país jovem como Timor-Leste, a capacitação de instituições públicas deve ser considerada como objetivo principal do governo. Ao contrário de Estado Fraco, Estado Forte com seu *poder* centralizado é importante para desenvolvimento econômico da nação (WALLERSTEIN, 1974). Segundo *Failed State Index*, em 2013 Timor-Leste se posiciona no número 32 na lista dos Estados Falidos⁴⁸. Neste *ranking*, o país não se encontra numa posição estável onde existe a possibilidade de se tornar como um Estado falido. Como um país pós-guerra, a intervenção da ONU foi uma necessidade para reestabelecer, reconstruir e capacitar as instituições governamentais como parte de construção de nação e como parte de sua inserção na comunidade internacional.

⁴⁷ *Considerations for Economic Zones and the Case of Timor-Leste*, USAID, 2005. p. 5.

⁴⁸ <<http://ffp.statesindex.org/rankings-2013-sortable>> Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

No capítulo II discutimos a política de cooperação entre Timor-Leste e outros países. Destaco a importância desta política de cooperação, principalmente com os blocos internacionais como CPLP e ASEAN como uma forma não apenas de aprimorar as instituições públicas do governo e também de inserção do país no cenário internacional e estabelecer relações diplomáticas através de criação de aliança com outros países e outros blocos. Narlikar (2013:565) ressalta que a postura de um Estado em escolher *parceiros e aliados* reflete diretamente o seu interesse, "[...] *bloc type coalitions usually consist of like-minded states united by a common and shared beliefs that often transcend issue specificities. Such coalitions thus often try to adopt collective positions over a range of issue areas and over time*". **Interesse** do Estado, eis o elemento principal do nosso análise.⁴⁹ A cooperação com a comunidade CPLP se mostra como uma busca de construção de identidade nacional do país em torno da lusofonia (SOUSA, 2012). A *identidade e ideologia* são duas questões principais consideradas pelos líderes do país em optar pela sua participação na comunidade CPLP. Além de compartilhar a mesma história de colonização pelos portugueses no século XV, a cooperação técnica com o Brasil e Portugal como países fundadores da CPLP, se apresenta como uma boa política para Timor-Leste. O Brasil é considerado não apenas como um Estado emergente, mas também como um dos *Swings State*⁵⁰ devido o seu desempenho e sucessos em política e economia. Segundo Kilman e Fontaine (2012: p 13):

Brazil's future appears increasingly bright. Its gross domestic product (GDP) expanded by 3.5 percent per year from 2000 to 2011 and now totals more than \$2 trillion (this and subsequent GDP figures are in terms of purchasing-power parity). In 2012, Brazil passed the United Kingdom to become the world's sixth-largest economy. Geographically, Brazil dominates South America; it shares a border with every country on the continent except Chile and Ecuador.

É evidente que o Brasil está surgindo como um líder regional que ao mesmo tempo possui uma influência no nível global. A sua participação no bloco BRICS

⁴⁹ Para Alexandre Wendt (1994) e Rae (2007) *Interesse e Identidade* são dois elementos interligados que formam a política externa de cooperação e coalizão entre nações e no sistema internacional. Wendt (1994:385) ressalta que "[...] *I argue that that interest are dependent on identities and so are not competing causal mechanisms but distinct phenomena - in the one case, motivational, in the other hand, cognitive and structural - and, as such, play different roles in explaining actions*".

⁵⁰ *Swing States* é o termo dirigido aos Estados que tem poder em influenciar a economia e política internacional. Em principio, são considerados como Estados com capacidade de mudar a ordem mundial. Existem algumas características destes Estados como Estados com grande e economia crescendo, com localização estratégica em suas respectivas regiões e com governo democrático. Segundo Kilman & Fontaine (2012), existem quatro (4) swing states: *Brazil, Turquia, Indonésia e Índia*.

(BRAZIL, RUSSIA, INDIA, CHINA e SOUTH AFRICA) mostra seu poder e influência no cenário internacional. Conhecidos como parceiros para desenvolvimento através de sua *Cooperação Sul-Sul*, o Brasil pretende expandir mais ainda a sua influência em toda parte, inclusive na Ásia. Para Chin e Quadir (2008), o bloco BRICS pode ser considerado mais como *parceiros em desenvolvimento* quando destaca que qualquer tipo de ajuda não deve ser considerado como *ajuda externa*, mas como um processo de construção de parceria para desenvolvimento baseado em solidariedade e respeito mútuo. Cooperação e coalizão com o Brasil se baseiam nesta solidariedade e também pelo compartilhamento de cultura, história e língua. Essa cooperação e coalizão podem se tornar como uma boa política se o governo timorense conseguir aproveitar o máximo resultado desta cooperação.

ASEAN, por outro lado, considerada como um bloco que compartilha mesma cultura e ideologia devido a sua localização geográfica, também se apresenta como uma nova possibilidade para o país em integrar a sua economia e política não apenas no nível regional, mas também internacional. Abrir a sua fronteira com a Indonésia pode significar muita coisa para a política externa timorense em como estabelecer uma boa relação com o país vizinho através do comércio e integração de economia nacional e regional. Nos últimos 10 anos, pode se perceber que a economia da Indonésia tem crescido de maneira que afeta o seu papel na política regional e internacional.

[...] Indonesia has definitely emerged since 2000 as the political center of gravity as well. It successfully chaired the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) in 2011 and continues to exercise a prominent voice within this regional grouping, which has become the cornerstone of many multilateral institutions in Asia. beyond the region, Indonesia is a member of - although not always a dynamic participant in - several notable forums, including the G20, the Asia Pacific Economic Cooperation forum and the 57-member Organization of Islamic Cooperation (OIC) (KILMAN e FONTAINE:2012:14).

Para um país cujo economia está crescendo cada vez mais, estima-se que o seu crescimento do PIB também aumenta de acordo com o seu desenvolvimento. Em 2012, Indonésia teve PIB de US \$ 878 bilhões com crescimento de 6.2%, enquanto Timor-Leste no mesmo ano teve US\$ 1.29 bilhões com crescimento de 0.6% apenas.⁵¹ Portanto, a Indonésia tem a oportunidade de aumentar sua produtividade no comércio nacional, regional e internacional. Acredito que uma boa política externa com Indonésia é extremamente importante para o desenvolvimento do país. Sendo um dos países

⁵¹< <http://www.worldbank.org/en/country/indonesia>> Acesso em 04 de Fevereiro de 2014.

fundadores do bloco ASEAN, mostrar para Indonésia que o país é capaz de competir economicamente e politicamente com outros países membros é fundamental. Em princípio, outros membros do bloco como Cingapura até o presente momento ainda não aprovou a participação do Timor-Leste como um novo membro. O ex Ministro de Relações Exterior de Cingapura S. Jayakumar no ano de 2000 aconselhou líderes timorenses como Gusmão e Horta em concentrar mais no processo de construção de Estado e da Nação, em vez de tentar se integrar economicamente e politicamente na ASEAN na sua condição atual (ORTUESTE, 2011). E realmente infraestrutura e formação recursos humanos qualificados continuam a serem desafios principais para o governo. É importante mostrar que é possível para os timorenses ter um Estado democrático e estável com suas instituições capazes de participar e competir na economia regional e internacional.

Acredito que a política de abertura da zona especial nesta região vai além de estabelecer laços econômicos e sua integração. Como foi ressaltada, uma das questões principais desta política é *integrar* a região, não apenas economicamente, mas politicamente. Localizado 13.104km da capital e cercado pelo território indonésio, é indispensável para o Estado estabelecer seus laços políticos com todas as suas regiões administrativas. Um dos desafios principais de cada Estado na sua construção é criar uma unidade nacional através de uma autoridade central. A construção da Nação segundo Bauman (2003, 2005) significa a busca de um princípio *Um Estado, Uma Nação* onde um precisa do outro, "[...] *uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária.*" (BAUMAN: 2005:27).

A nação segundo Anderson (2011:32) é uma *Comunidade Imaginada*, onde "[...] *os membros mais minúsculos das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.*". Compartilhar a mesma identidade e sentimento de pertença são elementos essenciais na formação de uma nação. Desde a sua independência, o país tem lutado pela criação de uma integração e unidade nacional. O conflito em 1999 criado pelas milícias apoiadas pelo exército indonésio destruiu quase metade de infraestruturas dos país. O povo pagou um custo grande pela sua independência, perdendo mais de 100, 000 pessoas durante a ocupação indonésia (1975-

1999).⁵² O conflito pós-independência que ocorreu em 2006, chamado "*Crise de 2006*" entre etnias de regiões diferentes do país pode ser considerado como a pior fase na história do país.⁵³ A perda de *inimigo comum*⁵⁴ durante a luta pela independência criou um desencontro e necessidade de unificação do povo e uma unidade nacional. A medida tomada pelo Estado como construção desta Zona Especial é essencial em minha opinião com objetivo criar um sentimento de inclusão e pertença da região como parte da nação Timor-Leste.

V. Considerações finais

A formação de Timor-Leste como um Estado-Nação democrático apresentou desafios enormes para os seus líderes. Em um curto tempo, o povo exige aprimoramento em quase todas as áreas, principalmente economia, política e educação. Uma das estratégias do governo em melhorar essas condições está em estabelecer a cooperação técnica com países doadores. Outra estratégia viável considerada pelo governo é abertura de Zona Econômica Especial (ZEE) em *Oecusse*.

É incontestável que a abertura desta zona, no contexto regional e internacional pode favorecer a participação do país em ser o novo membro da ASEAN e também como um Estado emergente na região. Em pequena ou larga medida e por razões políticas e econômicas, esta política também pode ser considerada como uma medida adequada para o país considerando que a sua fase de desenvolvimento na região que precisa abrir a sua fronteira com seus vizinhos, na área política e economia. Contudo, quais são as condições para que esses objetivos se tornem viáveis? Baseado na nossa discussão na seção III, em princípio, ZEE é importante e viável como estratégia e

⁵² <<http://ictj.org/our-work/regions-and-countries/timor-leste>> Acesso em 05 de fevereiro 2014.

⁵³ Geograficamente e etnicamente, o país está dividido em duas regiões, *Lorosa'e* (parte Leste do país) e *Loromonu* (parte ocidental do país). Os *Kaladis* são de Loromonu e os *Firakus* são de Lorosa'e. Existem muitas teorias sobre a causa principal desta crise. Entre elas, muitos acadêmicos argumentam que o conflito surgiu através competição entre duas forças do país dominado pelos dois grupos. Enquanto F-FDTL (FALINTIL - FORÇAS DEFESAS DE TIMOR-LESTE) é dominado por *Firakus* como ex membros de FALINTIL (FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE), os *Kaladis* dominam a PNTL (Polícia Nacional de Timor-Leste). A competição entre as duas instituições surgiu não em termos de estrutura de instituições mas em termos de divisão de região e etnicidade. Gusmão como Presidente da República na época teve que solicitar a intervenção militar de outros países como Austrália e Nova Zelândia como forças neutros capaz de acalmar a situação. Para mais informação Ver Saher (2007).

⁵⁴ *Inimigo comum* neste contexto se refere à Indonésia, durante a sua ocupação no território (SAHER, 2007).

política que poderiam criar vantagens para um país em desenvolvimento como Timor-Leste. A integração nacional e regional e inserção comercial do país sempre foram e ainda são objetivos principais de uma ZEE, a qual poderia gerar um bom fluxo de bens e dinheiro. Além disso, a criação de emprego local para a população também é o resultado esperado desta política. Portanto, defendendo que se for executada de forma correta, o país terá grande sucesso em investimento econômico e em aprimorar a qualidade de vida de sua população. Porém, isso não é tão fácil quanto parece. Existem desafios principais que precisam ser encaradas pelo governo para ter êxito nesta política. Além de infraestrutura plausível com boas condições, o aprimoramento de instituições públicas e seus recursos humanos também devem ser considerados como prioridade para o governo. Politicamente, pensando na construção da identidade e unidade nacional do país, o projeto apresenta um plano estratégico de Estado em integrar a região economicamente e politicamente como parte da nação. Baseado na sua localização geográfica é extremamente importante para o Estado mostrar à região que apesar de distância, o povo de Oecusse, é parte da nação Timor-Leste.

Uma questão que precisa ser pensada seriamente é o futuro e a manutenção desta Zona. O que acontece se outros países não a utilizam? A relação de comércio entre Timor-Leste e Indonésia é suficiente para sustentá-la? Qual será a política do Estado para mantê-la? Vale lembrar que a zona é uma tentativa de abertura comercial com objetivo principal de atrair investidores estrangeiros e promover fluxo de bens e comércio entre o país e seus vizinhos. Enquanto, o sucesso de Batam Free Trade da Indonésia se baseia na sua relação comercial e política entre três países; Indonésia, Cingapura e Malásia e ao contrário ao caso do Brasil com ZFM (Zona Franca de Manaus), onde já havia um mercado alvo e o consumidor doméstico e regional, o caso de Timor-Leste se compara melhor com a zona franca das Filipinas, *Subic Bay*, a qual construção foi pensada como forma de aproveitar os recursos naturais e criar oportunidades econômicas e sociais para a população da região. Portanto, isso se apresenta como o caso que destaca o *interesse* do Estado timorense em abrir a zona.

Como um Estado novo na região do sudeste asiático, Timor-Leste pretende se apresentar como um Estado capaz de criar possibilidades de desenvolvimento para a sua população e se destacar como um Estado emergente na região. O objetivo principal do Estado é procurar essas possibilidades através de relações diplomáticas com outros países. Neste caso, a forma de participação nos blocos internacionais se apresenta como uma estratégia política que se baseia não apenas no objetivo de atingir o

desenvolvimento nacional desejado, mas também no modo de como o país se insere na comunidade internacional. O comércio, que sempre foi um dos elementos principais em estabelecer relações entre nações se torna como o caminho ideal para atingir o objetivo e interesse do Estado. Abrir a sua fronteira com Indonésia através de ZEE poderia avançar o caso do Timor-Leste na sua participação na ASEAN. Não obstante, esta política exige compromissos de todos os líderes do país em se comprometer com o projeto principal, pensando na reconstrução da unidade e integração nacional. É portanto desnecessário dizer que, isso tudo exige um compromisso a longo prazo.

BIBLIOGRAFIA

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **WHY NATIONS FAIL: THE ORIGINS OF POWER, PROSPERITY AND POVERTY**. Profile Books, Great Britain, 2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo, Companhia das Letras; 2011.

ARAÚJO, Emanuelle Silva. **DESENVOLVIMENTO URBANO LOCAL: o caso da Zona Franca de Manaus.** *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* 1.1 ,2009:33-42.

ARITENANG, Adiwang F. **A COMPARATIVE STUDY ON FREE TRADE ZONE: DEVELOPMENT THROUGH SPATIAL ECONOMIC CONCENTRATION**. *Jurnal Perencanaan Wilayah dan Kota*. Vol. 20 no. 2 Agustus, 2009, p. 95-108.

ASEAN, **ASEAN Brief 2012: Progress towards the ASEAN Community**. Jakarta, ASEAN Secretariat, March, 2013.

_____**ASEAN VISION 2020**. Disponível em <http://www.asean.org/news/item/asean-vision-2020> Acesso em 18 de Outubro de 2013.

ASIAN DEVELOPMENT BANK, *Economic and Social Development Brief*. Prepared by The World Bank Group and the Asian Development Bank, in consultation with Development Partners.2007.

ASIO RAIDED OFFICE OF LAWYER REPRESENTING EAST TIMOR IN SPYING CASE. *ABC News*. Austrália, Dec. 2013 Disponível em <http://www.abc.net.au/news/2013-12-03/asio-raided-lawyer-representing-east-timor-in-spying-case/5132486>>. Acesso 31 jan. 2014

AUSTRALIA., **AUSAID - Austrália - Estratégia Para Timor-Leste 2009-2014**. Disponível em <http://aid.dfat.gov.au/Publications/Documents/timor-country-strategy-port.pdf>>. Acesso em 20 de Novembro de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade : A busca por segurança no mundo atual**. Tradução : Plínio Denzien, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

_____**Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

BHABHA, Homi. **Local da Cultura**. Editora UFMG, Brasil, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIN, Gregory; QUADIR, Fahimul. **Introduction: rising states, rising donors and the global aid regime**. Cambridge Review of International Affairs, v. 25, n. 4, p. 493-506, 2012.

CPLP. **PLANO ESTRATÉGICO PARA TIMOR-LESTE**. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=397>>. Acesso em 29 de outubro de 2013

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**, Bauru, EDUSC, 1999.

DE MEDEIROS VALLE, Maria Izabel, and LIMA, Jacob Carlos. "**Espaços da globalização: Manaus e as fábricas na Amazônia**." *Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar* 3.1, 2013: 73.

EAST TIMOR ASKS INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE IN THE HAGUE TO PRESSURE AUSTRALIA

OVER SEIZED DOCUMENTS. *ABC News*, Australia, jan. 2013. Disponível em : <<http://www.abc.net.au/news/2014-01-20/an-etimor-begins-icj-proceedings-against-australia/5209798>> Acesso em 31 de janeiro 2014.

EAST TIMOR SPYING CASE: PM XANANA GUSMAO CALLS FOR AUSTRALIA TO EXPLAIN ITSELF OVER ASIO RAIDS. *ABC News*, Australia, dec. 2013. Disponível em : <<http://www.abc.net.au/news/2013-12-04/east-timor-pm-shocked-by-asio-raids-over-spying-case/5135146>> Acesso em 17 Dezembro de 2014.

ECOSOC (United Nations Economic and Social Council). **BACKGROUND STUDY FOR THE DEVELOPMENT FORUM: TRENDS IN SOUTH-SOUTH TRIANGULAR DEVELOPMENT COOPERATION**, 2008. Disponível em <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/pdfs/south-south_cooperation.pdf>

EMBAIXADOR DO BRASIL EM TIMOR LESTE FALA DA COOPERAÇÃO DO BRASIL. Disponível em :

<<http://eportuguese.blogspot.com.br/2012/02/embaixador-do-brasil-em-timor-leste.html>> Acesso em 4 de Julho de 2013.

GUSMÃO QUER UMA CPLP COM UM "CARIZ MAIS ECONÔMICO".

Disponível em <<http://www.portugalnews.pt/economia/xanana-gusmo-quer-uma-cplp-com-um-cariz-mais-econmico/>>. Acesso em 01 de novembro de 2013.

GUSMAO GOVERNMENT APOINTED OPPOSITION LEADERAS SPECIAL

ZONE OF SOCIAL ECONOMY IN OE-CUSSE. *Tempo Semanal*, Timor-Leste, fev.

2013. Disponível em <<http://temposemanal.com/politika/item/176-gusmao-government-apoited-opposition-leader-as-special-zone-of-social-economy-in-oe-cusse>> Acesso 16 Dez. 2013

HAKIM, Simon, and BLACKSTONE, Erwin A. "**Description and evaluation of free trade zones.**" *Unpublished white paper, Privatization Research Center, Philadelphia, PA: Temple University.* 2000.

HORTA, Loro. **Timor-Leste: The Dragon's Newest Friend.** Research Institute on Contemporary Southeast Asia (IRASEC), 2009.

INTERNATIONAL CENTER FOR TRANSITIONAL JUSTICE. **ASIA: Timor-Leste.**

Disponível em <<http://ictj.org/our-work/regions-and-countries/timor-leste>> Acesso em 05 de fevereiro 2014.

IPAD. Cooperação Portuguesa apoia desenvolvimento rural em Timor-Leste.

Disponível em:

<http://ns1.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=274&Itemid=2> Acesso em 04 de Julho de 2013.

_____ **Instituto Portugêes de Apoio ao Desenvolvimento.** Disponível em

:<<http://ns1.ipad.mne.gov.pt/>> Acesso em 29 de outubro de 2013

ISLANDS IN FOCUS: TIMOR LESTE'S ECONOMIC TEAM VISITS BATAM.

The Jakarta Post, Indonesia, jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.thejakartapost.com/news/2013/06/18/islands-focus-timor-leste-s-economic-team-visits-batam.html>> Acesso em 9 Out. 2013.

KILMAN, Daniel M. and FONTAINE. Richard. **Global Swing States Brazil, India, Indonesia, Turkey and the Future of International Order.** The German Marshall Fund of the United States.

<http://www.gmfus.org/wp-content/blogs.dir/1/files_mf/1353953219CNAS_GlobalSwingStates_KlimanFontaine.pdf> Acesso em 05 de Janeiro de 2014.

LIANG, Zai. **Foreign investment, economic growth, and temporary migration: The case of Shenzhen special economic zone, China.** *Development and Society* 28.1, 1999:115-137.

LOUREIRO, Maurício Elísio Martins. **O papel estratégico da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da Amazônia.** *T&C Amazônia, Manaus* 1, 2003: 36-41.

MAGALHÃES, Antonio Barbedo de. **Timor-Leste: Interesses Internacionais e Actores Locais.** Edições Afrontamento, Portugal, 2007.

MAYER, Vicki. **Digital Television in Brazil: the view from Manaus|A televisão digital no Brasil: vista de Manaus.** *Liinc em Revista* 3.2. 2007.

NARLIKAR, Amrita. **Introduction Negotiating the rise of new powers.** <http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/International%20Affairs/2013/89_3/89_3_01Introduction.pdf> Acesso em 05 de Janeiro de 2014.

ORTUOSTE, Maria. **Timor-Leste and ASEAN: Shaping Region and State in Southeast Asia.** *Asian Journal of Political Science*, v. 19, n. 1, p. 1-24, 2011.

PILGER, John. **Australia ignores the plight of the East Timorese, but keeps a watchful eye on their oil and gas.** Disponível em <<http://johnpilger.com/articles/australia-ignores-the-plight-of-the-east-timorese-but-keeps-a-watchful-eye-on-their-oil-and-gas>> Acesso em 28 Novembro de 2013.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. **"Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento regional."** *São Paulo em Perspectiva* 6.1-2 (1992): 127-33.

PR TIMORENSE DESTACA FORTE RELAÇÃO ENTRE TIMOR-LESTE E CHINA. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3046823&seccao=CPLP> Acesso em 03 de Fevereiro 2014

RAE, Heather. **THEORIES OF STATE FORMATION.** In: **International Relations Theory for the Twenty-First Century. An Introduction.** Org. GRIFFITHS, Martin. Routledge, p.123-135, 2007.

TIMOR-LESTE, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,** 2003. Disponível em: <<http://www.gov.east-timor.org/PMpage1.htm>>. Acesso em Outubro de 2013.

_____**IMF-Timor Leste High-Level Conference Debates Harnessing Natural Resource Wealth for Inclusive Growth and Economic Development,** 2013.

_____ **Plano estratégico de desenvolvimento (PED, TIMOR-LESTE 2011-2030)**, 2011.

_____ **Presidência do Conselho de Ministros**. Reunião do Conselho de Ministros de 16 de Janeiro de 2013. 2013.

_____ **Request for the Indication of Provisional Measures Submitted by the Government of Timor-Leste to International Court of Justice**, 2013.

SAHIN, Selver B. **Building the state in Timor-Leste**. *Asian Survey*, Vol. 47, No. 2 (March/April), pp. 250-267, 2007.

SERÁFICO, José, and Marcelo Seráfico. **A Zona Franca de Manaus eo capitalismo no Brasil.** *Estudos Avançados* 19.54, 2005: 99-113.

SIT, Victor Fs. **The special economic zones of China: a new type of export processing zone?**. *The Developing Economies* 23.1, 1985: 69-87.

SOUSA, Domingos de. **Colibere : um herói timorense**. Lisboa: Lidel, 2007.

_____ **História da Resistência Timorense**, Brasília, Thesaurus, 2010.

_____ **Olobai 75**. Baucau (Timor-Leste), Gráfica Diocesana, 2003.

SOUSA, Ivo Carneiro. **CHINA, MACAU e TIMOR-LESTE. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO**. *Lusofonias*, no. 16/21 de Outubro de 2013. Disponível em <<http://jtm.com.mo/record/2013/10Out/21-10-2013%20-%20Lusofonias.pdf>>.

SOUSA, Ivens Manuel Francisco Gusmão de. **Mídia, Identidade e Tradição: Televisão e Negociação de Pertencimento em Timor-Leste**. Dissertação de Mestrado em Comunicação: Universidade Católica de Brasília, 2012, 275p.

_____, **Mídia e Política de Identidade: Uma análise do contexto de Timor-Leste**. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona. Lusofonia e Cultura-Mundo*, p.243 - 263. 2011.

SUBIC BAY Metropolitan Authority. Disponível em : <<http://www.mysubicbay.com.ph/about-us/brief-history>> Acesso em 28 de Novembro de 2013.

SHENZHEN GOVERNMENT ONLINE. <http://english.sz.gov.cn/gi/201210/t20121015_2050857.htm> Acesso em 03 de dezembro de 2013.

SPECIAL ZONES OF SOCIAL MARKET ECONOMY OF TIMOR-LESTE:PILOT-PROJECT OECUSSE.Disponível em <<http://www.zeesm.com/about/oecusse/>> Acesso em 10 de Janeiro de 2014.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_principal.cfm> Acesso em 04 de dezembro de 2013.

THE 40-YEAR BATTLE OVER TIMOR'S OIL, *THE AUSTRALIAN*, Australia, dec. 2013. Disponível em: < <http://www.theaustralian.com.au/news/features/the-40-year-battle-over-timors-oil/story-e6frg6z6-1226775440722>> Acesso 17 fev. 2014.

TIMELINE-Australia and East Timor's struggle to develop Sunrise gas fields. *Reuters*, Edition UK, Aug. 2013. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2013/08/30/timor-australia-gas-idUKL4N0GS1CT20130830>> Acesso 17 fev. 2014

TIMOR-LESTE REJECTS 'OUTRAGEOUS' CLAIM IN AUSTRALIAN SPYING DISPUTE. *The Guardian*. Australia, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/jan/23/timor-leste-rejects-outrageous-slur-australian-spying-dispute>>Acesso em 30 Jan. 2014.

THE FAILED STATES INDEX 2013.Disponível em <<http://ffp.statesindex.org/rankings-2013-sortable>> Acesso em 04 de fevereiro de 2014.

UNITED NATIONS, **UNdata: A World of Information.** Disponível em : <<http://data.un.org/CountryProfile.aspxcrName=Timor-Leste>> Acesso em 08 de Outubro de 2013.

USAID (United States Agency for International Development). **Considerations For Economic Zones and The Case for Timor-Leste.** 2005. Disponível em <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnade796.pdf>. Acesso em 05 de Janeiro de 2014.

WAHYUNI, Sari, et al. **The study of regional competitiveness in Batam, Bintan and Karimun.** *International Journal of Sustainable Strategic Management* 2.3, 2010: 299-316.

VISITING TIMOR-LESTE PM ON ASEAN BID: WE BELIEVE WE CAN CONTRIBUTE, *GMA News*, Philippines, jun. 2013. Disponível em

<<http://www.gmanetwork.com/news/story/311647/news/nation/visiting-timor-leste-pm-on-asean-bid-we-believe-we-can-contribute>> Acesso 16 fev. 2014

WALERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System**, San Diego, CA, 1974.

WENDT, Alexandre. **Collective Identity Formation And The International State**.

The American Political Science Review, Vol. 88, No. 2 (Jun, 1994), pp. 384-396, 1994.

WORLD BANK, **Special Economic Zones: Performance, lessons learned and implications for Zone Development**. The World Bank Group, Washington, 2008.

_____, INDONESIA Country at glance. Disponível em <<http://www.worldbank.org/en/country/indonesia>> Acesso em 04 de Fevereiro de 2014.

WULANDRI, Sri. **BATAM FREE TRADE ZONE**. Asia Monitor Resource Centre, 2012. Disponível em:

<<http://www.amrc.org.hk/system/files/Batam%20Free%20Trade%20Zone.pdf>>